

**ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EMPRESA DE
PESQUISA ENERGÉTICA - CONCEPE
REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2016**

Preâmbulo. Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, no Escritório da Empresa de Pesquisa Energética, localizado na Avenida Rio Branco, nº 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**, instituído na forma da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, constituído nos termos da Portaria nº 299, de 24 de junho de 2015 do Ministro de Estado de Minas e Energia. Estiveram presentes os membros do Conselho Consultivo, os Senhores **CLÁUDIO CONDE, RENÉ POMPÊO DE PINA, GUILHERME JORGE VELHO, XISTO VIEIRA FILHO, MARIO DIAS MIRANDA, NELSON FONSECA LEITE, ALEXEI MACORIN VIVAN, AUGUSTO SALOMON, SERGIO BANDEIRA DE MELLO, CESAR WEINSCHENCK DE FARIA, FERNANDO ZANCAN, ELBIA SILVA GANNOUM, ROBERTO WAGNER LIMA PEREIRA, EDUARDO CURY GUIMARÃES, ROSIMEIRE CECÍLIA DA COSTA, SOLANGE MEDEIROS DE ABREU, EDSON HIROKAZU WATANABE e JAMIL HADDAD.** Participaram da reunião pela EPE, o seu presidente **MAURICIO T. TOLMASQUIM** e os diretores **ÁLVARO HENRIQUE M. PEREIRA, GELSON BAPTISTA SERVA e RICARDO GORINI;** participaram, ainda, como convidados, **OTOMAR LOPES CARDOSO JR., EDMUNDO A. POCHMANN DA SILVA E MONIQUE FERRAZ.**

Abertura. A reunião foi aberta pelo **Presidente do CONCEPE, NELSON FONSECA LEITE,** que agradeceu a presença dos integrantes do Conselho. Em seguida, indicou a mim, **DENILVO MORAIS,** para secretariar a reunião, em observância ao disposto no art. 6º e parágrafo único, da Portaria MME nº 299, de 24 de junho de 2015. Na sequência, o Presidente apresentou a pauta da reunião, já enviada aos membros do Conselho, constituída dos seguintes itens: **(1)** Apresentação do Compromisso Brasileiro na COP 21, para a Redução das Emissões de GEE– Mauricio Tolmasquim; **(2)** Energia de Reserva – Nelson Fonseca Leite – Presidente do CONCEPE; e **(3)** Outros Assuntos. O Presidente da EPE pediu a palavra e solicitou a inclusão, após a sua apresentação no 1º item da pauta, de um tutorial sobre um novo produto da EPE, denominado WebMap EPE. **O Presidente do Conselho** consultou os presentes e a proposta foi aceita por todos.

Iniciou-se, então, a apreciação dos assuntos da pauta:

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

1. Apresentação do Compromisso Brasileiro na COP 21, para a Redução das Emissões de GEE. O Presidente do Conselho **NELSON FONSECA LEITE** passou a palavra ao presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** que fez uma apresentação do Compromisso Brasileiro na COP 21, para a Redução das Emissões de GEE, cuja íntegra está anexa a essa Ata. Na sequência, apresentou uma nova ferramenta de consulta no site da EPE, que permitirá tornar o setor energético brasileiro ainda mais transparente e acessível à sociedade de maneira geral: o Sistema de Informações Geográficas dos Estudos do Planejamento Energético Brasileiro. Denominado de **WebMap EPE**, essa nova ferramenta permite aos usuários fazerem consultas, medições, visualizações e zooms a partir de uma base de dados georreferenciados, dados esses que são utilizados nos estudos do planejamento do setor energético nacional. Com o WebMap EPE é possível ver a localização das usinas hidrelétricas, eólicas, solares; das linhas de transmissão; dos campos de petróleo, de gás; termelétricas, subestações de energia, além das unidades de biocombustíveis espalhados pelo território nacional. O WebMap EPE é formado por dados elaborados pela EPE e também por informações de outras bases existentes, e inclui ainda temas transversais como o Meio Ambiente, especialmente em relação a áreas que são protegidas e constituídas por unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas. Apresentou um tutorial, que pode ser consultado no sítio da EPE, com uma pequena demonstração do potencial de sua utilização, que será periodicamente atualizado com a evolução do planejamento e dos novos empreendimentos que entrarem em operação. O Conselheiro **JAMIL HADDAD** elogiou a iniciativa da EPE com o WebMap e sugeriu a evolução para uma base dos dados com atualizações anuais que permitam fazer comparações entre os períodos analisados. Com relação às metas de redução das emissões **JAMIL HADDAD** enfatizou a necessidade de que as políticas públicas acompanhem o planejamento técnico. Citou como exemplo as metas para eficiência energética que representam um desafio e que não é tarefa fácil alcançá-lo. **TOLMASQUIM** concordou com as preocupações do **JAMIL**, pois de fato, existem algumas metas que necessitam de políticas para serem atingidas. Para o Conselheiro **FERNANDO ZANCAN** a meta para 2030 é muito próxima da meta apresentada em Copenhague. Segundo **TOLMASQUIM** a metodologia das duas metas são bastantes distintas. Ao questionamento do Conselheiro **EDUARDO CURY GUIMARÃES** sobre qual foi o PIB estimado para projetar as metas. **TOLMASQUIM** respondeu que foi cerca de 4% a.a. O Conselheiro **SERGIO BANDEIRA DE MELLO** afirmou que as políticas públicas com relação à Eficiência Energética não são devidamente esclarecidas ao consumidor. **TOLMASQUIM** argumentou que as leis para terem eficácia são exaustivamente negociadas e citou como exemplo a substituição de lâmpadas incandescentes que foram construídas de forma conjunta entre produtores e consumidores, são determinativas e funcionam. O Conselheiro **JAMIL HADDAD** destacou que a lei 10295/2001 demorou 10 anos para ser aprovada. Já a legislação sobre



etiquetagem de veículos também demorou mais de 10 anos para ser implantada. O Conselheiro **ROBERTO WAGNER LIMA PEREIRA** afirmou que a legislação sobre edificações também tem caráter mandatório. O Conselheiro **FERNANDO ZANCAN** exemplificou que o setor carbonífero tem um prédio certificado AAA e que a certificação fica muito cara. Afirmou, ainda, que tão importante quanto à certificação é a sua operação comercial que às vezes não é aderente aos princípios da certificação. O Presidente **NELSON FONSECA LEITE** informou que foi aprovada a Lei nº 13.280, de 03 de maio de 2016, que destina 20% dos recursos de eficiência energética, originários da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). **NELSON** afirmou, ainda, que a receita das distribuidoras não pode ficar vinculada à eficiência energética.

2. Discussão do tema Energia de Reserva. O Presidente **NELSON FONSECA LEITE** fez uma apresentação, originariamente preparada pela EDP, sobre Contratos por Disponibilidade e Energia de Reserva, cuja íntegra está anexa a essa Ata. Apresentou uma visão geral das 16 maiores distribuidoras de energia elétrica, que representam 80% da contratação de energia. Essas distribuidoras estão com uma sobrecontratação média de 13%, fruto das estimativas de mercado de crescimento da economia de 4,2% ao ano e a realidade da recessão dos últimos anos. A Energia de Reserva foi concebida como uma espécie de “seguro” para garantir sobra de energia, no entanto, as contratações de Energia de Reserva se realizaram praticamente com usinas inflexíveis. Ficam na “reserva” e produzem energia sempre que há disponibilidade de combustível, independentemente do risco de fornecimento. Apresentou para discussão a proposta de que as termelétricas sejam inseridas no Regime de Reserva, nos fluxos financeiros da CONER. A CONER pode, e talvez deva ser ajustada para acomodar as termelétricas sem que haja elevação abrupta e imediata dos Encargos de Energia de Reserva. O presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** comentou que o grande problema das garantias físicas são os geradores termelétricos. A energia de reserva não foi contratada com a finalidade de segurança e sim para cobertura das garantias físicas. Qualquer solução terá um custo e deveremos avaliar como esse custo será rateado entre os agentes. Para a Conselheira **ELBIA SILVA GANNOUM** o mecanismo de reserva foi criado para fazer o ajuste. Todavia a redução do PIB foi muito maior do que qualquer banda poderia prever. Afirmou, ainda, que essa situação está trazendo um problema para o segmento de energia eólica, o qual representa. O Conselheiro **XISTO VIEIRA FILHO** afirmou que um dos objetivos dos leilões de reserva foi o de cobrir fricções de garantias físicas, o outro objetivo é o de garantir a segurança eletroenergética. Para **XISTO** o conceito de energia de reserva é fundamental. O Conselheiro **GUILHERME JORGE VELHO** afirmou que é preciso distinguir a forma de operação comercial e a forma de operação do sistema. A sobrecontratação não existe apenas nas distribuidoras. Existe um excedente



crescente de garantias físicas que atingirá cerca de 19.000 MW em 2019. A redundância de capacidade deve existir quando o país decide investir em energias intermitentes. O Conselheiro **XISTO VIEIRA FILHO** afirmou que segundo a ANEEL cerca de 60% das obras de geração estão em atraso. Essa aparente sobra de garantia física não vai se materializar. O presidente **NELSON FONSECA LEITE** acredita de dos cerca dos 13% de sobrecontratação, 4% devem ser resolvidos pela ANEEL. O Conselheiro **AUGUSTO SALOMON** comentou que os problemas de sobrecontratação do setor elétrico são muito semelhantes aos do setor de gás natural. As térmicas do PPT terão os seus contratos encerrados em 2019. O presidente **NELSON FONSECA LEITE** reafirmou a necessidade, como tinha feito em reuniões anteriores, de se discutir o contrato do GASBOL, bem como todas as questões relativas ao gás natural. A Conselheira **ROSIMEIRE CECÍLIA DA COSTA** entende a preocupação da ABRADÉE. Todavia, afirmou ela, a conta vai para o consumidor cativo. É necessário reequacionar toda essa conta, como por exemplo, os custos da CDE. É preciso atuar num MIX de ações para equalizar esforços para enfrentarmos essa situação.

(3) Outros Assuntos. O Presidente do Conselho **NELSON FONSECA LEITE** franqueou a palavra para quem quisesse se manifestar. O Conselheiro **JAMIL HADDAD** afirmou que o que se quer é a garantia do suprimento de energia. Deve ser buscada a melhor solução possível, mantendo uma geração de reserva. Para o Conselheiro **MARIO DIAS MIRANDA** a grande luta da Transmissão é manter a qualidade de fornecimento de mais de 99,5%. O setor está aguardando a solução para as indenizações dos ativos das transmissoras constituídos até 2000 e que serão ressarcidos. É necessário que as obras de reforço sejam financiadas pelo BNDES. É necessário, ainda, que se abra a possibilidade das estatais estaduais terem autorização do Conselho Monetário Nacional para ter acesso a financiamento, bem como, ter uma solução para superar os entraves para construção de obras de transmissão. Para o Conselheiro **FERNANDO ZANCAN** é necessário verificar como será a matriz de 2030. Temos um parque gerador de carvão com média de vida de 30 anos, nesse cenário é necessário a realização de um programa de modernização do parque carbonífero brasileiro. Estamos trabalhando numa proposta que será apresentada à EPE. O Conselheiro **ALEXEI MACORIN VIVAN** disse que está sendo discutida na ABCE uma fórmula para a solução dos problemas do setor. As diferenças entre o planejado e o executado são muito distintas. Há uma falta de governança no setor. O planejamento não está atendendo a finalidade para o qual foi pensado. Para a Conselheira **ELBIA SILVA GANNOUM** é preciso saber qual é de fato a sobra do sistema. É necessário ter maior clareza sobre estes números. Para o Conselheiro **EDSON HIROKAZU WATANABE** é preciso esclarecer o usuário, de modo geral, sobre as vantagens de economizar energia. Leva muito tempo para as pessoas adquirirem o hábito de economizar energia. É um problema cultural. O Conselheiro **ROBERTO**

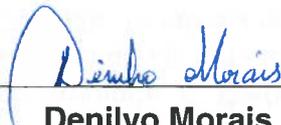


WAGNER LIMA PEREIRA afirmou que há um desarranjo no setor elétrico. É preciso repensar o setor e que os riscos sejam melhor alocados. Para o Conselheiro **GUILHERME JORGE VELHO** não tem mais sentido a geração fora da ordem de mérito. Temos que evitar o desperdício de energia. Dada à migração dos consumidores do mercado cativo para o mercado livre é necessário repensarmos a expansão do sistema. A saída da Petrobras do mercado termelétrico, se não bem aproveitada, pode significar um desequilíbrio do setor. Para a Conselheira **SOLANGE MEDEIROS DE ABREU** sempre quem vai pagar a conta são os consumidores, em especial, os consumidores residenciais. E isso vai bater nas distribuidoras. O que nós fazemos é orientar os nossos consumidores para a efficientização de energia, todavia, não é possível que a conta vá sempre para o consumidor. Para a Conselheira **ROSIMEIRE CECÍLIA DA COSTA** é necessário estarmos juntos, mas não é possível que o consumidor sempre pague a conta. O Conselheiro **EDUARDO CURY GUIMARÃES** sugeriu que na EPE deveria ter um espaço para trabalharmos pela redução do consumo de energia elétrica visando à diminuição da conta dos consumidores. Para **OTOMAR LOPES CARDOSO Jr.** as variações do planejamento trouxe prejuízos ao nosso Estado. O Estado do Rio Grande do Norte perde oportunidades de investimento pela falta de transmissão. O Conselheiro **SERGIO BANDEIRA DE MELLO** mostrou-se preocupado com a situação da Petrobras, principalmente na área de combustíveis. Sugeriu que a EPE e a ANP atuassem em conjunto com relação ao abastecimento de petróleo. O Conselheiro **CESAR WEINSCHENCK DE FARIA** afirmou que é necessário modernizar o parque carbonífero com mais eficiência. Outro uso mais nobre para o carvão é sua regaseificação, projeto este que está sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul. Para **CESAR FARIA** é necessário repensar o modelo. Para o Conselheiro **CLÁUDIO CONDE** o problema são os lotes vazios nos leilões de transmissão, que não permitem o atendimento nos estados da Região Norte. O presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que não é possível simplesmente a migração de contratos térmicos para energia de reserva. Para a mudança dos critérios de segurança é necessário à alteração na Resolução do CNPE. Não existe modelo que poderia prever essa queda no PIB verificada nos últimos anos. Com relação à MP 579 a redução dos contratos foi efetiva. Com relação aos custos que foram transferidos para o Tesouro, dada à crise fiscal, eles foram revertidos para o consumidor. O custo maior foi devido a seca, as bandeiras tarifárias já estão sem oneração devido à melhoria da hidrologia. A outra questão é a discussão sobre os custos dos subsídios pagos pelos consumidores. A cadeia do setor hoje é muito complexa.

Encerramento. O Presidente do **CONCEPE** cumprimentou a EPE, na pessoa do seu presidente, sobre a apresentação das Metas na COP 21 e do WebMap. Afirmou que a reunião foi muito rica, pois possibilitou a visão de todos os setores. O fundamental é uma visão compartilhada com um objetivo comum. Com relação à sua exposição, afirmou que apresentou apenas uma



alternativa, existem outras. Algumas em discussão com a ANEEL. A questão é porque são os consumidores do setor elétrico que devem pagar essas políticas sociais? É preciso aperfeiçoar o modelo do setor. Essas discussões nos possibilitam compreender melhor o setor e esse fórum é um ambiente privilegiado para debater a área de energia. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, **DENILVO MORAIS**, lavrei a presente Ata.



Denilvo Morais
Secretário